



Resenha
Review

CONTRIBUIÇÕES À PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DIFERENTES OLHARES, DIFERENTES QUESTÕES, NOVAS PERSPECTIVAS

CONTRIBUTIONS TO RESEARCH ON EDUCATIONAL POLICIES: DIFFERENT VIEWS, DIFFERENT ISSUES, NEW PERSPECTIVES

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

Hugo Heleno Camilo Costa*
Wagner Nóbrega Torres**

Frente ao desafio de pensar as tendências, perspectivas e dinâmicas desencadeadas pelas/nas políticas educacionais contemporâneas, os pesquisadores Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes organizaram o livro *Políticas Educacionais: questões e dilemas*, cujo próprio título já indica a leitura para os envolvidos e interessados nas discussões atinentes ao campo da educação e, especificamente, ao das políticas educacionais.

Dentre os compromissos da obra está a preocupação em gerar ambiência para o estabelecimento de um debate que não se mobilize pela univocidade das formas de pensar as ‘questões’ e os ‘dilemas’ das políticas educacionais, mas que favoreça a expressão dos diferentes enfoques e perspectivas teórico-metodológicas. Essa organização é colocada como via de correspondência às demandas pelo estabelecimento de referenciais analíticos mais consistentes e, simultaneamente, pelo aumento da interlocução com a literatura internacional sobre o tema.

Tendo como finalidade a contribuição para o campo das políticas educacionais e curriculares, o livro é composto por um conjunto de artigos que, de formas distintas, contribuem para o avanço das discussões, pesquisas e alargamento do campo teórico e empírico dos trabalhos na área. O livro conta com artigos de autores do Brasil e do Reino Unido, com produções de destaque na área. O trabalho é resultado simultâneo da experiência de cada pesquisador envolvido e do produtivo espaço de diálogo gerado pelos organizadores.

Os artigos possuem diferentes enfoques e apesar da diferença no tocante à empiria e aos aportes teórico-metodológicos adotados, são agrupados em duas partes que subdividem o livro: a primeira parte, composta por seis capítulos, é mais orientada para discussões genéricas e que tematizam sobre teoria e metodologia, sobre os fundamentos analíticos voltados às pesquisas em política educacional; e a segunda parte, composta por quatro capítulos, apresenta,

* Professor da Faculdade de Educação da UERJ. Mestrando em Educação pela UERJ.

E-mail: <hugoguimel@yahoo.com.br>.

** Professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Mestre em Educação pela UERJ.

E-mail: <nobretorres@yahoo.com.br>.

especificamente, resultados de investigações sobre diferentes políticas educacionais e de currículo.

O capítulo 1, de Stephen Ball, desenvolve-se em dois ensaios. O primeiro tensiona “as transformações nas formas de provisão do setor público e na sociedade civil” (p. 21) e também discute a adoção de novas formas de regulação social. Nessa primeira parte, Ball chama a atenção para mudanças que vêm ocorrendo nos princípios de organização da vida social, principalmente na esfera pública.

Pautado em Jessop, Ball argumenta que tais mudanças são parte de um processo mais amplo de transformações sociais que consiste na passagem de um Estado de Bem-Estar keynesiano para um Estado do trabalho Schumpeteriano. Essas alterações têm levado a mudanças sociais significativas, substituindo o discurso produtivo fordista por um discurso de produção flexível e empreendedora pós-fordista, o que tem influenciado intensamente na construção de uma “nova subjetividade” (p. 31).

No segundo ensaio de seu texto, Ball discute a relação da pesquisa educacional com os discursos da reforma. Para isso, especificamente focaliza o engajamento e as perspectivas de política e justiça social nas produções de pesquisadores educacionais. Conclui acenando para a existência de uma “tensão básica” (p. 48) que se estabelece entre a defesa da eficiência e da justiça social.

No capítulo 2, Sally Power discute as tensões entre os trabalhos de enfoque macro e microcontextual, tendo em vista, especialmente, as críticas de Jenny Ozga às pesquisas voltadas a contextos locais. Nesse sentido, atenta para a posição de Ozga, que se pauta em teorizações macroanalíticas e desenvolve sua crítica reiterando a importância dos aportes teóricos microanalíticos.

Segundo Power, Ozga considera os trabalhos e teorias microanalíticas limitados para compreender e explicar cenários mais amplos da política, e que a pesquisa em escala micro tende a se restringir à fragmentação e descrição das problemáticas da política educacional, o que dificulta sua compreensão. Segundo Ozga, uma análise estadocêntrica seria mais produtiva do ponto de vista compreensivo na abordagem à dinâmica das políticas. Em resposta às críticas de Ozga e também baseada em dados de pesquisas educacionais desenvolvidas a partir de estudos de caso, Power questiona a “utilidade da teoria marxista centrada no Estado para explicar processos locais” (p. 54). Argumenta que as afirmações da teoria estadocêntrica se constituem em um conjunto de oposições de difícil defesa e pouca utilidade, haja vista a tendência em dificultar o diálogo, além de oferecerem poucos elementos para a descrição de detalhes e compreensão de processos locais.

Stephen Ball, no terceiro capítulo do livro, propõe, sob inspiração foucaultiana, reflexão sobre sua prática como pesquisador e intelectual da área de educação e discute o cenário atual do campo de pesquisa no Reino Unido. Segundo Ball, as investigações e reflexões sobre educação estão “em estado desolador e prestes a se tornarem ainda piores” (p. 79). Para o pesquisador, a segmentação das estruturas de conhecimento, a ênfase na diferenciação interna e entre outros campos do conhecimento, tende a isolar e limitar a reflexão e a pesquisa em educação, além de restringir à introdução de outros discursos. Tal dinâmica, segundo Ball, tem origem na apropriação de linguagens utilitaristas e de baixo potencial reflexivo.

Apesar de sua análise se voltar a todo o cenário de pesquisa em educação, Ball atenta, com maior precisão, aos enfoques da “Sociologia da Educação, Policy Science, Teoria do gerenciamento e pesquisa sobre

escolas eficazes”. O autor aponta para as limitações de tais campos quanto às suas contribuições para o pensamento da pesquisa em educação. Diante da necessidade de que novas alternativas sejam colocadas em questão, Ball acena para o pós-estruturalismo e para a teoria pós-epistemológica como possibilidades interessantes de distensão das formas de pensar a academia, a formação de educadores e a própria pesquisa. O autor defende uma posição teórica equivalente à crítica cultural, capaz de oferecer, em lugar da verdade, novas perspectivas do pensamento teórico, leituras que repousam sobre a “complexidade, incerteza e dúvida, além de basear-se na reflexividade sobre a própria produção e sobre suas pretensões de conhecimento do social” (p. 97).

No capítulo 4, Sharon Gewirtz e Alan Cribb colocam como problemática central a questão dos valores na pesquisa social e, nesse cenário, se propõem a discutir dois tipos de preocupação inerentes à problemática citada: a preocupação com o “rigor descritivo e explicativo” (p. 101) e com o “rigor no tratamento de julgamentos valorativos e políticos na pesquisa” (p. 101). Focados na atuação do sociólogo e, mais detidamente, no campo da sociologia da educação, os autores argumentam que a dificuldade em lidar com tal problemática é decorrente das limitações em reconhecer que os dois tipos de preocupação são inseparáveis. Nesse sentido, os autores atentam para a necessidade de que o pesquisador busque empregar rigor tanto na descrição e explicação quanto nos valores, pois a falta do rigor na operação com tais elementos da pesquisa pode levar à negligência ou à supervalorização de dado aspecto.

Em oposição a Hammersley, para quem “a pesquisa politicamente comprometida é incompatível com o rigor acadêmico” (p. 105), Gerwitz e Cribb questionam até que

ponto o pesquisador atua somente como produtor de conhecimento e não se imbuí dos valores e acaba por atuar de forma cidadã, envolvendo-se com as problemáticas da pesquisa como tal. Nessa perspectiva, os autores defendem a necessidade de que haja maior “reflexividade ética” (p. 111) na atuação investigativa, evitando a suposição de neutralidade em relação aos valores e fraqueza em assumir posições irrefletidas na pesquisa. Concluem enfatizando a responsabilidade e o compromisso ético e político da pesquisa nos contextos em que se insere e a partir dos quais é desenvolvida. E reiteram, portanto, a importância de que os valores sejam pensados como elementos integrantes do rigor metodológico e não como alheios às intervenções na pesquisa.

Já no quinto capítulo, Gerwitz e Cribb discutem as perspectivas plurais de justiça social em sua relação com o campo da sociologia. Para os autores, duas tendências ganham destaque em relação aos problemas que surgem na análise sociológica das noções plurais de justiça: a primeira é a dificuldade em tratar de modo adequado as tensões que podem irromper dentre as diferentes leituras de justiça social ou questões a ela relacionadas; a segunda, definida como “crítica vinda de cima” (p. 124), incide na concepção da análise sociológica como algo apartado ou superior à prática.

Tendo em vista o auxílio àqueles que operam dentro e em torno da escola na criação de políticas e práticas sociais mais justas, os autores defendem a necessidade de que sejam encontrados meios de tratamento adequados para as tensões entre as variadas perspectivas e afirmações da justiça social. Os autores concluem enfatizando o respeito para com a prática e, ainda, colocam a realização de tentativas concretas de promoção da justiça social em contextos educacionais como elemento importante para a sociologia das políticas.

No capítulo 6, os autores fazem uma discussão acerca do percurso das pesquisas no campo das políticas educacionais. Nesse sentido, enfocam a incorporação, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, de referenciais pós-estruturalistas nas análises das políticas educacionais. Argumentam que pesquisas que utilizam tais referenciais, no Brasil, ainda são tímidas, uma vez que determinadas pesquisas ainda se concentram em referenciais pragmáticos e funcionalistas a fim de atenderem interesses de certos grupos e atores sociais. Isso tende a restringir a autonomia das pesquisas e dos pesquisadores, pois são encomendadas a partir de determinados critérios pré-selecionados. Concentram-se ainda em apontar contribuições relevantes para os estudos no campo das análises das políticas educacionais e em sinalizar desafios e armadilhas na utilização de tais referenciais.

A pluralidade das determinações, por exemplo, é uma contribuição significativa para o campo das análises de política educacional. A partir desse enfoque, a política deixa de ser determinada única e exclusivamente pelo econômico e passa a ser concebida como uma produção influenciada por diferentes aspectos. Ademais, a perspectiva pós-estruturalista, na concepção dos autores, aprofunda e expande o rompimento com perspectivas analíticas lineares e permite investigações que ressaltam o caráter conflituoso e não determinista das políticas educacionais. Por outro lado, autores que incorporam essa perspectiva recebem críticas que destacam a relativização das temáticas abordadas, além da acusação de enfraquecimento da luta política.

No capítulo seguinte, Maguire e Ball debruçam-se sobre as reformas educacionais de duas realidades: a do Reino Unido e a dos Estados. Nesse sentido, apoiados em Foucault, investigam nas reformas educacio-

nais dos países em questão como diferentes discursos em torno de tais reformas circulam e, nestes, como o professor é diferentemente posicionado e construído, uma vez que sentidos estão em jogo nessas tentativas de propor “soluções” educacionais.

As reformas têm como escopo a reestruturação da escola. Isso incide sobre a relação entre diretores e professores. No Reino Unido, os professores são liderados pelos diretores, enquanto nos Estados Unidos, os professores são convocados a participar do processo de decisão. Com isso, no caso do Reino Unido, os professores são gerenciados como numa empresa e espera-se deles respostas satisfatórias ao emprego de determinados incentivos técnicos. Isso gera imposições de procedimentos a fim de acelerar as decisões e contemplar as reformas. Nos Estados Unidos, os autores chamam atenção para o fato de que a tentativa de decisão participativa posiciona os professores como atores das reformas e não como objetos delas. As escolas assumem um papel participativo que estimula o envolvimento local a fim de fortalecer a atuação do professor. Ademais, as reformas nos Estados Unidos embasam-se em pesquisas acadêmicas que consideram os professores como agentes de transformação. Já no Reino Unido, a presença de um significativo gerenciamento importado do modelo comercial provoca um abandono das pesquisas e a desconsideração de atores inscritos no campo educacional. Com efeito, ainda que não sejam idealizadas como experiências perfeitas, as reformas nos Estados Unidos promovem visões mais plurais ao considerar os professores como agentes do processo e sujeitos que partilham do processo de reestruturação. No caso das reformas do Reino Unido, a presença marcante de avaliações *performáticas* contribui para a “mercantilização” na medida em que buscam mensurar a educação por meio de números a fim de

estabelecer a responsabilização do professor pelo possível fracasso.

Com isso, no Reino Unido, o papel do professor é compreendido como sendo um cumpridor de tarefas estabelecidas por “gerentes do ensino” e um mero aplicador de testes que visam quantificar a “produtividade” de seu trabalho. A significativa articulação entre competências e habilidades o concebe como um trabalhador que executa e que não reflete sobre suas ações e intervenções na educação, um ator cada vez mais individualizado e burocrata dentro do gerenciamento da escola.

No oitavo capítulo, Sharon Gerwitz e Stephen Ball abordam a educação no Reino Unido e, particularmente, os discursos que circulam no país acerca da “responsabilização” (*accountability*) dos atores envolvidos com o campo educacional. Com foco no discurso de mercantilização da oferta da educação, os autores analisam os sentidos e valores que emergem, em decorrência de tal discurso, nas escolas secundárias. Nesse sentido, colocam como preocupação a importância de que sejam discutidas as concepções de mercado que foram introduzidas no campo educacional e, por sua vez, o comprometeram com procedimentos de gestão empresarial, levando a mudanças significativas no pensamento sobre a gestão escolar, com a passagem do modelo de “bem-estar social” para o “novo gerencialismo”.

Para isso, os autores abordam o caso de uma escola em especial e, mais detidamente, analisam entrevistas realizadas com diretores escolares tendo em vista mudança dos discursos da gestão. Argumentam, a partir da análise do material empírico, que a responsabilização implica a adoção de instrumentos de mercado que transformam as escolas em empresas, em que alunos são recrutados a fim de justificar investimentos

realizados. Nesse sentido, valores e práticas escolares são alterados para atender as exigências do mercado. Gerwitz e Ball finalizam chamando a atenção para o fato de que, apesar de a nova linguagem empresarial, marcada pelas ideias de qualidade e excelência na educação, estar afastada dos ideais que marcam a perspectiva do “Estado de Bem-Estar Social” no Reino Unido, a impossibilidade de sua implementação decorre da história de vida e posicionamento social que os diretores trazem consigo, e que viabiliza a inclusão de determinados aspectos anteriores ao discurso do gerencialismo nessa nova forma de gestão, marcando o caráter poroso e fluido dos limites entre os diferentes discursos das políticas.

No capítulo 9, Eneida Shiroma, Rosalba Garcia e Roselane Campos analisam o programa “Todos pela Educação” (TPE) do governo federal, no Brasil, a partir dos referenciais propostos por Ball e Bowe acerca do “ciclo contínuo de políticas”. Além desses autores, dialogam também com Fairclough na medida em que investigam discursos dessa política educacional por intermédio da seleção de documentos alusivos ao programa. A intenção é propor novos referenciais analíticos e utilizar tais referenciais em investigações de políticas educacionais nacionais.

Ao pesquisar o programa TPE, são ressaltadas concepções que circulam em diferentes contextos sociais e interferem na produção das políticas educacionais. Tais concepções partem de diferentes atores sociais que disputam significados em torno da hegemonização da política. Nesse sentido, a análise é realizada considerando o processo da produção da política educacional em questão como marcada por tais disputas e como um espaço constante de tensões.

O discurso do “Todos pela Educação” defende, então, a educação como inclusão

social. Isso implica difundir ideias e princípios que convençam diferentes atores da necessidade de mudanças na educação. Tais mudanças associadas à necessidade de união entre diferentes atores em torno da vigilância constante de índices regulatórios possibilitados por meio de avaliações.

Finalizando a coletânea, Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo priorizam, no último capítulo, a discussão em torno das contribuições de Ball para o campo do currículo, especialmente aquelas que combatem a ideia de estruturas sociais fechadas e relativizam enfoques deterministas acerca das políticas. Nesse sentido, provocam o leitor a avançar em suas discussões na medida em que levantam questões alusivas a enfoques de diferentes pesquisas que utilizam os referenciais analíticos sugeridos pelo autor em diálogos com outras proposições teórico-metodológicas, sobretudo aquelas associadas a discussões do pós-colonialismo.

Assim sendo, as autoras analisam essas questões a partir das produções de teses e dissertações do grupo de pesquisa “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”. A preocupação é compreender, pelos diferentes enfoques dos pesquisadores, como o aporte analítico sugerido por Ball permite desconstruir interpretações lineares e estadocêntricas da política. Além disso, é destacada como a utilização desse referencial ajuda a tornar mais complexa a investigação da produção das políticas em diferentes contextos. Por outro lado, a intenção é, igualmente, suscitar novas abordagens que introduzam outras leituras para além da abordagem do “ciclo de políticas”, principalmente as relacionadas à Teoria do Discurso. Reiteram a necessidade de aportes que permitam operar análises comprometidas com perspectivas não-estruturadas e que proponham a política como discurso, com fixações contingentes e

precárias, inscrito num amplo campo discursivo em que sentidos são constantemente negociados. A proposta, portanto, é ampliar a compreensão e a análise acerca das negociações que ocorrem nas diferentes produções de política, introduzindo a noção de hegemonia defendida por autores da Teoria do Discurso, sobretudo, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Com efeito, o livro possibilita, a partir de diferentes investigações, uma visão ampla e multifacetada de questões potentes ao campo da investigação das políticas educacionais e de currículo. Convida-nos a pensar a análise no campo a partir de aportes teórico-metodológicos diferenciados, o que contribui para a difusão da riqueza de enfoques das pesquisas. As diferentes teorias e metodologias, derivadas de trabalhos desenvolvidos sobre problemáticas nacionais e internacionais, mobilizam e incentivam a pesquisa nos mais diferentes recortes, temas e escalas de análise. O estabelecimento do diálogo com a literatura internacional localiza a obra em um cenário em que tais discussões e interações se fazem cada vez mais necessárias.

A pluralidade de posições permitidas ao longo do livro realça a preocupação dos organizadores e autores em evitar certa polarização em termos de concepção de mundo e de política educacional. Essa miríade de enfoques, problemas e temas incitam o leitor aos desafios inscritos no exercício constante de fazer pesquisa. A partir destes diferentes olhares, suscita discussões que procuram deixar em relevo as transformações nas políticas educacionais em espaços plurais, igualmente influenciados por diferentes esferas e atores sociais. A atenção e a preocupação voltadas à investigação de múltiplos contextos salientam a não verticalização das políticas e o cuidado da não determinação nas pesquisas. Isso, portanto, tende a promover

enfoques que considerem os espaços, atores e ações analisados de modo mais complexo, envolvendo atentar para outros aspectos que não só o econômico.

A preocupação em tensionar questões relativas às pesquisas em política educacional e, também, em políticas de currículos matiza o cuidado da organização da obra em favorecer a atenuação das barreiras e limites entre os campos especializados da pesquisa. Além disso, a organização de um conjunto de trabalhos, cujo repertório de discussões ressalta não só questões e leituras diferentes, mas também conflitantes, beneficia as investigações com novas possibilidades de maior expansão e difusão da produção de conhecimento entre os diferentes campos, além de auxiliar no delineamento do atual status do cenário de pesquisa em política educacional.

O fato de a obra possuir trabalhos voltados a pesquisas específicas, mas também a discussões genéricas, voltadas ao questionamento sobre os rumos da pesquisa em política educacional e em currículo, reitera o lugar que este trabalho passa a ocupar no cenário das reflexões sobre a pesquisa. Nesse sentido, além de suas contribuições se constituírem em diferentes pontes, que permitem o acesso a diferentes regiões do pensamento na pesquisa em educação, a obra se consolida em um trabalho de referência, tanto para a orientação de novos pesquisadores em seus rumos investigativos, como para aqueles que já possuem experiência e querem acessar produções de relevância no campo em foco.

Enviado em: 24/06/2012

Aceito em: 21/11/2012